

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 27/09/2019.

Verônica Suzuki Kemmelmeier

**INFÂNCIAS EM UMA CASA LAR:
Experiências de crianças e jovens no processo de acolhimento institucional**

ASSIS, 2017

Verônica Suzuki Kemmelmeier

**INFÂNCIAS EM UMA CASA LAR:
Experiências de crianças e jovens no processo de acolhimento institucional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza

ASSIS, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Kemmelmeier, Verônica Suzuki

K31i Infâncias em uma Casa Lar: experiências de crianças e
jovens no processo de acolhimento institucional / Verônica
Suzuki Kemmelmeier. Assis, 2017.

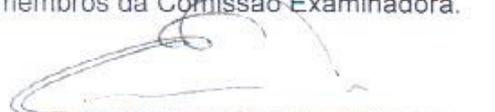
90 f.

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis



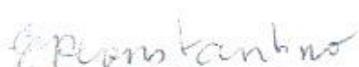
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE VERÔNICA SUZUKI KEMMELMEIER, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM Psicologia, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS.

Ao(s) 27 de setembro de 2017, às 14:30:00 horas, no(a) Sala da Congregação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: PROF. DR. Leonardo Lemos de Souza do(a) UNESP/ASSIS, PROF. DR. Álvaro Marcel Palomo Alves do(a) UEM/MARINGÁ, PROFA. DRA. Carmem Lucia Sussel Mariano do(a) UFMT/RONDONÓPOLIS, PROFA. DRA. Elizabeth Piemonte Constantino do(a) UNESP/ASSIS, PROFA. DRA. Rita Melissa Lepre do(a) UNESP/ASSIS, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da Tese de Doutorado de VERÔNICA SUZUKI KEMMELMEIER, intitulada "INFÂNCIAS EM UMA CASA LAR: Experiências de crianças e jovens no processo de acolhimento institucional". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


PROF. DR. Leonardo Lemos de Souza

PROF. DR. Álvaro Marcel Palomo Alves

PROFA. DRA. Carmem Lucia Sussel Mariano


PROFA. DRA. Elizabeth Piemonte Constantino

PROFA. DRA. Rita Melissa Lepre

Observações: _____

Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas. Guimarães Rosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que direta e indiretamente me ajudaram a trilhar os caminhos dessa pesquisa, a saber: meu orientador, Leonardo, que teve paciência e uma capacidade enorme de me auxiliar e compartilhar seus conhecimentos; à banca, às crianças e adolescentes que participaram da pesquisa, aos amigos da Unesp, meus pais, a Unicentro e aos colegas de Departamento de Psicologia e a Fundação Araucária.

KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. **Infâncias em uma Casa Lar: experiências de crianças e jovens no processo de acolhimento institucional**. 2017, 90 f. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, Assis, 2017.

RESUMO

A presente tese buscou compreender quais os sentidos produzidos sobre a infância e o processo de acolhimento institucional de crianças acolhidas institucionalmente numa cidade no interior do Paraná. A metodologia consistiu em acompanhar o cotidiano de crianças e adolescentes por meio do método cartográfico, que busca acompanhar e realizar a leitura dos campos de força e sentidos existentes entre os atores da pesquisa. A partir do conhecimento do cotidiano da casa lar, chegou-se a eixos de análise que trataram: a) das relações entre disciplina e afetos; b) sobre os sentimentos que atravessam as relações na Casa Lar; c) das perspectivas para o futuro e para a saída da Casa Lar d) a dimensão do direito a história no processo de acolhimento. Como considerações finais, percebe-se que no processo de acolhimento institucional estão presentes dois modos de significar a infância, que estão em constante conflito e diálogo: uma significada pelas pessoas ao redor que pensam e tratam as crianças de acordo com a visão delas (infância pensada e vivida pela Casa Lar), que é a infância sofrida, abandonada, marcada pelo abandono e violência, e a infância vivida e narrada pelos moradores da Casa Lar. A maneira que a instituição tem de enxergar a infância se reflete na maneira como ela trata as crianças e jovens: são crianças de uma classe social baixa, que carregam o estigma de serem de famílias pouco convencionais, vasculhadas e acompanhadas pelos mais diversos tipos de dispositivos de controle social, dentro e fora do sistema de acolhimento institucional. No entanto, as crianças e adolescentes encontram meios e aproveitam as brechas da instituição para se afirmarem como sujeitos que pensam, fazem, sentem e têm projetos. Subvertem normas da equipe técnica, demonstrando ironia, sarcasmo nas relações com os adultos, afirmando um lugar de provisoriedade, insatisfação e não vitimista. Seus discursos são marcados pelo tempo de que estão ali apenas de passagem, que a Casa Lar não é permanente, é sempre um estado de mudança.

Palavras-chave: Infância; Acolhimento Institucional; Crianças, Adolescentes.

KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. **Childhood in home care: experiences of children and young people in a foster care institution.** 2017, 90 f. Thesis. (Doctorate in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, Assis, 2017.

ABSTRACT

The present thesis attempted to understand the implications generated on childhood and the process of institutional host of children and institutionally accepted in a city of the interior of Paraná. The methodology consisted of monitoring children and adolescent's daily life with the use of cartographic method. Starting from the facts(data) of the nursing home daily life, we ended up to analysis axes that dealt about: a)the relationship between discipline and affection; b)the feelings that interweave relationships in Casa Lar; c)the prospects for the future and leaving of Casa Lar; d) the extent to right to history in the reception(hosting) process. As a final consideration, two approaches to represent infancy which are in constant conflict and dialogue in the process of institutional protection are evident. The first one is signified by the people around them that consider and deal with the children according to their perception; that is , a suffered and abandoned childhood marked by neglect and violence. The second one is childhood experienced and narrated by the people (inhabitants) of Casa Lar. The way the institution perceives childhood is reflected in the way it treats children and young people. They are low social class children who carry the stigma of being from poorly structured families, scrutinized and violated by social control devices when they are out of the institutional reception (hosting) system. However, children and adolescents find means and take advantages of the breaches of the institution to assert themselves as subjects who think, do, feel and have projects(plans).They subvert principles of the technical team, showing irony and sarcasm in relation to adults , asserting a transitional and dissatisfaction position and not of a victimizer. Their talks (discourses) are marked by the period they are just passing through; that is, that Casa Lar is not permanent, but a state of change.

Key-words: Childhood; foster care institution, Children, Adolescents.

KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. Infancias en una casa de hogar: experiencias de niños y jóvenes en el proceso de acogida institucional. 2017, 90 f. Tesis. (Doctorado en Psicología). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, Assis, 2017.

RESUMEN

La presente tesis buscó comprender los sentidos producidos sobre la infancia y el proceso de acogida institucional de niños y acogidos institucionalmente en una ciudad en el interior del Paraná. La metodología consistió en acompañar el cotidiano de niños y adolescentes por medio del método cartográfico. A partir del conocimiento del cotidiano de la casa hogar, se llegó a ejes de análisis que trataron: a) de las relaciones entre disciplina y afectos; B) sobre los sentimientos que atraviesan las relaciones en la Casa Lar; C) de las perspectivas para el futuro y para la salida de la Casa Lar. D) la dimensión del derecho a la historia en el proceso de acogida. Como consideraciones finales, se percibe que en el proceso de acogida institucional están presentes dos modos de significar la infancia, que están en constante conflicto y diálogo: una significada por las personas alrededor que piensan y tratan a los niños de acuerdo con su visión (infancia Pensada y vivida por la Casa Lar), que es la infancia sufrida, abandonada, marcada por el abandono y la violencia, y la infancia vivida y narrada por los moradores de la Casa Lar. La forma en que la institución tiene que ver la infancia se refleja en la manera en que trata a los niños y jóvenes: son niños de una clase social baja, que cargan el estigma de ser de familias poco estructuradas, escasas e invadidas por los dispositivos de control social, Cuando fuera del sistema de acogida institucional. Sin embargo, los niños y adolescentes encuentran medios y aprovechan las brechas de la institución para afirmarse como sujetos que piensan, hacen, sienten y tienen proyectos. En el caso de las mujeres, la mayoría de las personas que sufren de depresión, Sus discursos están marcados por el tiempo, de que están allí sólo de paso, que la Casa Lar no es permanente, el verbo está siempre en el gerundio, es siempre un estado de cambio.

Palavras clave: infância; acogida institucional, niños, adolescentes.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE INFÂNCIA	18
1.1 DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	18
1.1.1 <i>Da Infância no Brasil</i>	21
1.1.2 <i>Sobre a Política de Acolhimento à Infância</i>	23
2. ESTUDOS SOCIAIS DA INFÂNCIA	31
3. INFÂNCIA E CARTOGRAFIA – SOBRE A PESQUISA INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS E JOVENS.....	36
4. ENTRANDO EM CENA: O CAMPO DE PESQUISA	41
5. ANÁLISE	48
5.1 COM A PALAVRA, A PESQUISADORA:.....	48
5.1.1 <i>Em cena, o cotidiano dos moradores da casa lar</i>	56
5.1.1.1 <i>Entre disciplina e afetos</i>	60
5.1.2 <i>Afetos no contexto da Casa Lar</i>	64
5.1.3 <i>Sobre a Escola:</i>	67
5.1.4 <i>Perspectivas para o futuro</i>	68
5.1.5 <i>Perspectivas das crianças sobre a saída da casa lar</i>	70
5.1.5.1 <i>A saída das crianças e adolescentes da casa lar</i>	72
5.1.6 <i>Despedidas</i>	75
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	84

APRESENTAÇÃO

O interesse por essa temática, infância e acolhimento institucional, surgiu a partir da adoção, quando escolhi o tema do Trabalho de Conclusão de Curso. Naquele tempo, no terceiro ano da graduação em Psicologia, no ano de 1999, tínhamos que definir um problema de pesquisa. Depois de muita leitura e reflexão, cogitei a hipótese de que a ideia de adoção por parte das pessoas que se dirigiam ao fórum para se habilitar ao processo poderia surgir como uma tentativa de elaboração de luto. Luto esse que poderia vir de um luto real, quando da morte de um filho biológico, ou de um outro tipo de luto, como por exemplo, a impossibilidade de gerar filhos biológicos. Ao final das entrevistas o luto realmente estava presente nas falas dos casais entrevistados.

Quanto à adoção, tem-se que ela é, primeiramente, um processo que se refere à área do Direito. Quando ela se dá por via legal (excetuando aqui a prática da adoção à brasileira) um casal ou uma pessoa precisa da aprovação de um/a Juiz/a para exercer a paternidade ou a maternidade. Isso não acontece em outras filiações, o que dá um aspecto único e peculiar a este processo. Seja para o casal ou para a pessoa que solicita um/a filho/a à Justiça, seja para as crianças e adolescentes que estão privadas de uma convivência familiar nas instituições de acolhimento, seja para os profissionais que lidam diretamente com o entrelaçamento desses dois extremos: pessoas querendo ser mães e pais, e crianças e adolescentes esperando por isso.

No entanto, esse hiato que separa estes dois extremos se preenche por várias outras situações: mães que não puderam permanecer com seus filhos, no caso da entrega voluntária; famílias que não tiveram possibilidade de continuar com seus filhos por causas diversas, crianças que sofrem de violência, abandono, negligência, mulheres que se sentem menos mulheres por não poderem gerar seus próprios filhos, e por isso, recorrem aos Fóruns para solicitar que um juiz permita que elas realizem seu desejo de ser mãe.

Essas situações são sempre mencionadas por casais e pessoas interessadas na adoção, que, pela nova lei 12.010, de agosto de 2009 (BRASIL, 2009) devem participar de um grupo preparatório para a adoção.

Desde abril de 2010 coordeno, numa cidade no interior do Paraná, o Grupo de Apoio a Pais na Fila de Espera da Adoção, um projeto de extensão que prevê o suprimento dessa exigência. Essa experiência retrata bem a realidade da adoção no Brasil e no Paraná, confirmando que há uma grande quantidade de pessoas inscritas nas instituições judiciárias,

no entanto, com um perfil de cadastro bem diverso do que o das crianças e adolescentes, que estão nas instituições de acolhimento, apresentam.

Estes grupos têm feito a reflexão com os pais sobre a motivação para ser mãe ou pai, principalmente se a decisão pela filiação adotiva vem carregada de rancor e sofrimento pela incapacidade biológica de gerar seus próprios filhos, o porquê de várias exigências, como: o desejo que esse filho tenha até no máximo dois anos, que ele tenha características físicas semelhantes ao casal, mitos sobre o filho adotivo, como preocupações, dúvidas sobre a herança genética da família biológica, morosidade da justiça frente à destituição do poder familiar, entre outros.

Em 2012, com a criação do LEIA (Laboratório de Estudos sobre Infância e Adolescência) na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unincentro), onde trabalho como docente, e com um grupo de alunos da Psicologia participando das atividades de Extensão e Pesquisa, foi levantada a área de abrangência dos projetos. Estávamos junto à instituição judiciária, realizando os grupos de apoio, e tínhamos o relato de experiência dos pais que estavam à espera da adoção. Alguns alunos tinham feito incursões breves às instituições de acolhimento da cidade em função das pesquisas. Surge então o desejo de acompanhar não apenas os pais que estavam esperando pelos seus filhos, mas também de conhecer quem eram as crianças e adolescentes que estavam aguardando a chance de terem uma família.

Esta experiência foi dolorida e frustrante. O projeto durou apenas quatro meses, tempo pequeno, mas que foi suficiente para perceber a carência de profissionais, a precariedade de estrutura física e também emocional das pessoas que lidam diariamente com crianças e adolescentes fragilizados por situações de abandono, de violência, de negligência. A impressão que fica é que eles estão/são invisíveis, esquecidos por todos.

Desta forma, me propus um desafio: pesquisar com crianças no doutorado em Psicologia na Unesp de Assis. As pesquisas feitas por mim, ou por mim orientadas de alunos de Iniciação Científica, de Extensão e de Trabalhos de Conclusão de Curso, sempre tocavam o campo da Infância. Qual a motivação de uma pessoa ou de casal para adotar? Este foi meu tema de pesquisa na graduação, em que entrevistei três casais que estavam à espera da adoção em Maringá. Na especialização de Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise, na Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, em 2003, trabalhei teoricamente com o conceito de segredo na adoção, porque os pais ainda tinham dificuldade em contar sobre a criança que ela havia sido adotada.

Minha narrativa no campo de pesquisa sobre adoção e acolhimento institucional mostra que sempre circulei o tema da infância, investigando os pais, os dispositivos teóricos. Quando me tornei professora de Psicologia, em uma Universidade particular em Cascavel, em 2004, orientei trabalhos em que se buscou saber como o processo de adoção acontecia, principalmente pelo olhar da equipe profissional. Ao longo dos anos, já em Irati, realizei pesquisas com técnicos da instituição judiciária, com as cuidadoras sociais de instituições de acolhimento, com a equipe da prefeitura que realiza o acolhimento institucional, com o Conselho Tutelar, com a mãe que entrega a criança para adoção.

Em 2013 chegou a hora de conhecer as crianças que se encontram no espaço do acolhimento institucional, tanto por meio de um projeto de extensão, que buscava proporcionar vivências lúdicas para as crianças e adolescentes nessa situação, quanto por meio da pesquisa do doutorado. O projeto de extensão acabou rapidamente e repentinamente, por questões de mudanças na equipe técnica, que não queriam mais a continuidade do trabalho. Mas foi por meio dessa vivência que se deu o movimento para o projeto de doutorado.

Pensar na minha trajetória de pesquisa, como comecei, nos idos dos anos 2000, principalmente com pesquisas bibliográficas e conversas com casais por meio de entrevistas únicas, formais, gravadas, com roteiros prontos e fixos, me fez querer propor algo diferente no doutorado. A experiência, que foi se aperfeiçoando juntamente com as pesquisas dos alunos, me possibilitaram pensar estratégias diferentes, como reuniões em grupo, grupos focais, acompanhamento da rotina das cuidadoras sociais, também foi me auxiliando a pensar a minha entrada no campo de pesquisa.

Repensando o projeto de extensão com as crianças acolhidas que aconteceu em 2012, ele foi essencial para eu pensar como iria pesquisar com crianças no doutorado. Por mais que a instituição quisesse um planejamento antecipado sobre os encontros, direcionando os temas, que deveria versar sobre disciplina, respeito aos colegas, sexualidade, entre outros, pouquíssimas vezes o encontro acontecia como previsto. As crianças propunham outras atividades, falavam de outras coisas, tinham demandas específicas referentes ao cotidiano das coisas que viviam e das relações que estabeleciam entre elas e com os cuidadores sociais.

Com o tempo, a sensação de frustração foi dando lugar a uma sensação boa de descobrimento, de que deveríamos acompanhar o que as crianças iam propondo, dizendo e fazendo. E mais, que elas poderiam sugerir o que gostariam de fazer no tempo que tínhamos com ela. Dessa forma, o que antes era cansativo, suado, onde as crianças dificilmente

participavam do encontro, deu lugar a momentos calorosos de trocas entre crianças e pesquisadora.

Esta intenção de acompanhar e de negociar minha entrada no cotidiano das crianças norteou o meu campo de pesquisa. Tendo em vista esse recorte da pesquisa, fiz uma busca de teses que tratassem do tema, utilizando as palavras chaves: infância e acolhimento institucional, no banco de teses e dissertações online, tomando como período os anos entre 2009 e 2016, pressupondo o surgimento de trabalhos em função da mudança de lei, a 12.010, de agosto de 2009 (BRASIL,2009) No site da biblioteca digital de teses e dissertações (BDTD), são listadas cinco teses com as palavras chaves. São elas: “Violência contra crianças e adolescentes: os (des) caminhos entre a denúncia e a proteção”, de 2013, “Vidas em abrigo: a metáfora do ‘lixo social’ e as implicações do acolhimento institucional como medida protetiva para a infância, adolescência e juventude em situação de direitos violados em Juiz de Fora, Minas Gerais”, de 2014. No mesmo ano, temos “A infância de crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa (Lar)”. No ano seguinte, em 2015, tem-se “Decidir é (im)preciso”, seguido por “Os desafios das Políticas Públicas nas políticas de direitos: um estudo na vara da infância e juventude”, de 2016.

Como podemos ver, além da escassez de teses que tratem do tema infância e acolhimento, temos apenas duas que se propõem a OUVIR a voz as crianças, sendo que as demais listadas trabalham com os documentos judiciais ou entrevistas com os gestores da casa lar.

Após análise do texto “Vidas em abrigo: a metáfora do ‘lixo social’”, esta foi descartada, uma vez que busquei trabalhos onde a criança tivesse o protagonismo da pesquisa. Assim sendo, tem-se apenas a tese de Roseli Nazário, “A infância de crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa (Lar)”, no programa de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2014.

Neste trabalho, a pesquisadora tem como objetivo geral responder a “como as crianças de 0 a 6 anos experienciam suas infâncias no contexto de um programa de acolhimento institucional?”. Como resposta, nas palavras da autora, no resumo da tese, o estudo estabelece como ponto de relevo que a composição espaço-temporal vai posicionando um discurso institucional revelador do lugar das crianças NA casa. A cronologia do tempo instituído como um tempo provisório, e, conseqüentemente, de passagem, do ponto de vista dos adultos, é experienciado pelas crianças por uma outra temporalidade, de acordo com o que lhe é próprio: um tempo recursivo, não linear, sem medida. As narrativas das crianças indicam outros

sentidos atribuídos a esse lugar (a casa), dando-lhe identidade e pertença particular. Suas experiências de acolhimento, sob a prerrogativa do protagonismo das crianças como sujeitos que se apropriam, reinventam e reproduzem o mundo, sugerem a possibilidade de um estar EM casa.

No que diz respeito a artigos produzidos a partir de experiências brasileiras, utilizei o mesmo critério de pesquisa, buscando textos a partir de 2009, com as palavras chave: infância e acolhimento institucional. Usei como base de dados o Scielo, usando como critério os artigos mais citados. Seguindo a ordem dos trabalhos mais citados e publicados a partir de 2009, temos o artigo de Maria Clotilde Rosseti Ferreira e colaboradoras, autora que aparece recorrentemente em pesquisas sobre o tema, tendo um grupo de pesquisa na USP Ribeirão Preto que estuda o assunto da adoção e acolhimento. Neste artigo intitulado “Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, violência e rupturas”, as autoras relatam a trajetória de seu grupo de pesquisa, as dissertações e teses, bem como ações junto ao Tribunal de Justiça da cidade de Ribeirão Preto. Quanto às metodologias utilizadas pelo grupo, observa-se: estudo de caso, entrevistas, pesquisa documental nas instituições de acolhimento e no fórum e grupos de discussão. Sobre o referencial teórico, têm-se os estudos da Teoria da rede de significações, baseada nos conhecimentos sócio históricos de Vygotsky e Wallon.

Do mesmo ano, tem-se o artigo “Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento”, de Ana Lúcia Cintra e Mériti de Souza. Este texto trata de problematizar os espaços de institucionalização de crianças e suas lógicas de exclusão no Brasil. Trata-se de uma pesquisa documental, sendo que o referencial teórico e metodológico se ancora na leitura histórica e psicossociológica da institucionalização da infância e os atendimentos realizados nestes espaços.

No ano de 2011, com o trabalho “Etnopsicologia e o trabalho institucional em uma unidade de abrigo”, Livia Pagliuso e Miguel H. Bairrão buscam trazer contribuições da etnopsicologia e da etnopsiquiatria para a intervenção psicológica de crianças e adolescentes abrigados. Trata-se de um estudo de caso de uma adolescente de 13 anos. No mesmo ano publica-se o texto “Vínculos entre crianças em de acolhimento institucional e visitantes da instituição”, da autoria de Karollyne Kerol de Souza e João Luiz Leitão Paravidini. Este artigo se propõe a entrevistar mulheres que se propuseram a realizar o apadrinhamento afetivo. Como não se trata do tema dessa tese, ele não será utilizado.

Ainda em 2011, tem-se o artigo “Autoconceito em adolescentes institucionalizadas: um estudo exploratório”, de Eunice Magalhães e João Lopes. O estudo constitui-se de uma aplicação de uma escala de autoconceito em 78 adolescentes abrigados. De acordo com os resultados, os adolescentes que viviam em instituições de acolhimento apresentaram níveis globais de autoconhecimento reduzidos em comparação com adolescentes que não vivem em situação de acolhimento.

Continuando com as publicações de 2011, o texto “A esperança na família: uma leitura psicanalítica do acolhimento institucional”, de Fernanda Hermínia Oliveira Souza e Eduardo Leal Cunha foi utilizado na fundamentação histórica da tese. Com o objetivo de discutir o lugar que a família ocupa nas políticas públicas voltadas ao atendimento da infância e adolescência, as/os autores usaram falas dos entrevistados, os funcionários e gestores de uma instituição de acolhimento.

Em 2013, com o artigo da área da Enfermagem, “O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática?” da autora Diene Monique Carlos e colaboradores buscam conhecer e analisar o conhecimento dos adolescentes sobre os fatores de proteção a que têm acesso ou que são submetidos. Para isso, elas realizaram grupos focais e entrevistas semiestruturadas com 17 adolescentes acolhidos institucionalmente.

No ano de 2015 tem-se o artigo “Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão”, de Carina Ferreira Guedes e Ianni Regia Scarcelli. Neste artigo, discute-se a passagem dos modelos de assistência de acordo com a história brasileira, bem como retrata-se, por meio de falas e vivências, o cotidiano de uma casa da autora como psicóloga da instituição de acolhimento. Por último, em ordem de citação que aparece na base de dados do Scielo, tem o artigo “Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju”, de Fernanda Hermínia Oliveira Souza e Leila Maria Torraca de Brito, também citado anteriormente. Neste artigo as autoras buscam investigar e analisar como ocorre a execução da medida de acolhimento institucional na cidade de Aracaju. Para tanto, elas confrontam dados coletados em pesquisas anteriores, realizando uma releitura dos mesmos e estabelecendo comparações com legislações de outros países, como a França.

Cabe ressaltar que após fazer este levantamento, verificou-se que existem poucos trabalhos que se propõem a lidar diretamente com as crianças que estão em situação de acolhimento. Dessa forma, novos estudos sobre o tema da infância e acolhimento institucional podem trazer novos olhares para estes espaços pouco explorados.

É por isso que penso a presente pesquisa, que busca obter um mapeamento dessa realidade, de como as crianças vivem esse tempo no Acolhimento Institucional, pela perspectiva delas mesmas. Não há aqui a pretensão de explicar a realidade, mas sim de tentar entendê-la sob a ótica dos próprios atores. Tem-se então que o objetivo geral é conhecer as experiências das crianças de uma Casa Lar sobre a própria infância e o processo de acolhimento institucional. Pretende-se, com isso, compreender o cotidiano das crianças, entender suas narrativas sobre a vida, o mundo, o lugar e relações com as outras crianças e adultos (cuidadoras, técnicos, família de origem, madrinhas/padrinhos), ou seja, como os encontros e desencontros da vida se apresentam aos atores da pesquisa, sem a mediação de teorias de representação que marcam a Psicologia do Desenvolvimento.

Neste sentido, a pesquisa justifica-se na atenção às necessidades da população regional no que se refere à realidade das instituições de acolhimento da região e de como a infância nestes espaços é entendida. Dessa forma, o projeto se desenvolveu no sentido de, a partir do acompanhamento do cotidiano dessas crianças, promover levantamento de histórias, narrativas e acompanhamento das reflexões delas sobre o mundo e suas relações com ele.

Ouvir crianças, esse foi o desafio feito a mim mesma. Calar, por um momento, minhas perguntas, minha pesquisa, meus objetivos do doutorado. Deixar as crianças falarem. O que elas queriam, no tempo em que queriam. O que elas têm a dizer sobre esse período chamado de infância? Como elas narram a experiência de viver numa instituição de acolhimento? Adentrar e conhecer esse mundo, aceitar o convite de entrar na casa das crianças, aceitar a mão estendida deles, participar da pesquisa, essa foi a jornada. Tenho a impressão de que cometi erros primários, como quem viaja pela primeira vez, afinal, sou uma iniciante no campo de estudos sociais da infância. O que tenho a dizer é que estabeleci uma relação única com cada um dos participantes, relação marcada por aproximações e afastamentos. Idas e vindas, em que vivia junto com eles o cotidiano, e que me afastava da realidade para escrever o diário de campo e para analisar o material. Uma oscilação entre o que vivi e o que consegui colocar em palavras.

Sinto que avancei em alguns pontos da metodologia, ao mesmo tempo em que me frustrei como pesquisadora. Obtive alguns avanços, me lancei a pesquisa, me assumi como parte do campo. No entanto, ao reler meus diários de campo e me deparar com alguns preconceitos, algumas visões cristalizadas de infância e de criança. No entanto, optei por não excluir essas partes, mas sim por usá-las na discussão. Afinal, esta é a minha narrativa do que vivi com as crianças.

Tal proposta tem como argumento que as crianças são atores sociais competentes e que têm algo a dizer sobre seu cotidiano, rotina, sua vida, suas relações com o mundo. A relação entre eu como pesquisadora e as crianças teve como objetivo possibilitar este espaço de troca e de fala, autorizando os participantes (eu e as crianças) a isso. Desta forma, busquei/tentei, através de uma relação única que foi estabelecida em campo com os participantes da pesquisa, dar espaço para a potência de uma narrativa de uma infância vivida e contada pelas/por crianças.

A seguir, apresento os capítulos da pesquisa, que se dividiram em: infância: múltiplas perspectivas; política de acolhimento institucional para a infância; cartografia e pesquisa intervenção na infância. Após a explanação do campo teórico da pesquisa, apresento metodologicamente como foi realizado o estudo, apresentando o espaço e os moradores. Tratou-se de uma pesquisa de inspiração cartográfica, num campo onde permaneci por sete meses acompanhando a rotina de crianças e adolescentes. Logo em seguida, apresento os eixos de análise e discussão, finalizando com as considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho, retomo as questões que dirigiram a investigação: como crianças e jovens vivenciam a infância em uma situação de acolhimento institucional? O que têm a contar sobre isso? Como estabelecem a rotina nesse espaço novo? Como se dão as relações entre eles? E entre eles e os funcionários? E a sua família de origem? E a instituição judiciária? E como nos relacionamos ao longo da pesquisa?

A análise dos diários do campo, após diversas leituras e releituras, gerou alguns eixos de análise, a saber: a participação e o meu papel enquanto participante da pesquisa, o cotidiano dos moradores da Casa Lar, entre disciplinas, afetos e sentimentos, sobre a escola, perspectivas para o futuro, saída desse espaço.

A pesquisa teve como objetivo conhecer a experiência da infância de crianças e jovens acolhidos numa Casa Lar, tomando como princípio o que eles têm a dizer sobre o lugar em que habitam e sobre eles mesmos. Por não se ter um objetivo específico mais detalhado, ela teve um caráter bastante exploratório. O que busquei ao conviver e me “tornar” moradora da Casa Lar, pelo menos nos horários e dias previamente determinados, foi uma tentativa de mapear, cartografar as ações e sentimentos das crianças e as relações que elas estabeleciam comigo e entre elas. Penso que fiz um voo panorâmico, pousando, como propõe a cartografia, em alguns pontos, mas sempre tentando contextualizar o todo. A proposta inicial não foi se aprofundar em um único aspecto da infância no acolhimento institucional. Até por isso mesmo, por se tratar de um início de entrada nesse universo, tomando como pressuposto das pesquisas com crianças, e não sobre crianças, faz-se necessária a sugestão de mais pesquisas sobre o assunto.

O que eu gostaria de marcar é que os moradores e moradoras da Casa Lar têm muito a dizer. Por mais que ao longo da pesquisa tenha notado movimentos de os fazerem calar, de não serem ouvidos devidamente, por várias instâncias (judiciário, equipe técnica, funcionários, eu inclusa), eles têm desejo de se fazerem ouvidos. Quando convocados e apropriados de um espaço, a maneira deles, eles falam, conversam, perguntam, se expõem. Cabe a nós negociarmos um meio de escuta a isso. Apesar de no discurso jurídico e corrente o bordão “melhor interesse da criança” estar sempre na ponta língua, poucas oportunidades são oferecidas para a criança saber e ser autorizada a entender o que isso significa perante às opções delas. Nesse sentido, sinto a necessidade de marcar que é imprescindível sensibilizar a escuta por parte dos operadores do direito.

Percebi ainda que existem duas infâncias; uma em que as pessoas ao redor pensam e tratam as crianças de acordo com a visão delas (infância pensada e vivida pela Casa Lar), que é a infância sofrida, abandonada, marcada pelo abandono e violência, e a infância vivida e narrada pelos moradores da Casa Lar, que me parece, de acordo com o que me foi narrado, que não seria tão sombria.

A maneira que a instituição tem de enxergar a infância se reflete na maneira como ela trata as crianças e jovens: são crianças de uma classe social baixa, que carregam o estigma de serem de famílias pouco estruturadas, vasculhadas e invadidas pelos dispositivos de controle social, quando fora do sistema de acolhimento institucional. Sua intimidade é devastada por agentes que entram e saem, vigiando o que acontece dentro e fora da família. A partir do momento em que as crianças e jovens adentram à instituição de acolhimento, têm sua autonomia muito diminuída, uma vez que eles estão sempre sendo observados, considerados como perigosos. O que se oferece em termos de liberdade pessoal é muito pouco. Os mais velhos, em conversas, reclamam muito do fato de não poderem sair, de não terem possibilidade de abrir o cadeado do portão e ir para a rua. Mais que a falta da rotina familiar, os jovens esperam a saída da Casa Lar para poderem “ir para a rua sem dizer para onde” com os amigos e amigas sem supervisão de adultos.

Sobre a infância e sua rotina contada pelos próprios moradores da Casa Lar, ela tem uma outra nuance. Aparecem relatos de situação de violência intrafamiliar, de negligência, de abuso, mas que são mescladas com situações onde a convivência com os pais ou avós era cercada de afeto. As crianças e jovens aproveitam as brechas da instituição e subvertem normas da equipe técnica. Não obedecem de imediato, fazem graças pelas costas dos adultos, utilizam de humor, de sarcasmo, entre eles, comigo, com as funcionárias, marcando a posição de que estão insatisfeitos com a situação em que estão. O discurso é marcado pelo tempo, de que estão ali apenas de passagem, que a Casa Lar não é permanente, o verbo está sempre no gerúndio, é sempre um estado de mudança.

Isso é compatível com as orientações de funcionamento de uma Casa Lar. Ela não deve ser um lugar onde as crianças permaneçam indefinidamente. As crianças e jovens têm isso muito claro. Todavia, o que falta a elas é a informação. Elas sabem o porquê estão ali, isso é conversado no momento do acolhimento. O que não fica esclarecido para as crianças e jovens é o que precisa acontecer para elas saírem. O que será feito com a família de origem enquanto eles estão lá? O que não deu certo? O que acontece para eles irem para a adoção?

Que tipo de família eles querem ter? Podem optar qual seria a nova família que gostariam de ter? Quanto tempo vai demorar para eles saírem? E quando eles saírem, para onde vão?

A lógica da saída do acolhimento, apesar de se buscar “o melhor interesse da criança” é a lógica de que o adulto pode e deve decidir o que é melhor para a criança e para o jovem. Apesar de se haver a prerrogativa de escuta da criança, isso nem sempre é o que é mais considerado quando da decisão da sentença. O que se percebe aqui é o predomínio da ideia de que a criança é ainda um adulto em formação, que não possui as condições necessárias para poder decidir seu futuro.

Essa questão foi também bastante percebida na minha relação com as crianças e jovens. Como ser adulta e pesquisar crianças? Como ser pesquisadora inspirada pelas leituras dos estudos sociais da infância e manter a relação assimétrica menos tensa possível? Afinal, eu sou adulta, representante da lógica adultocêntrica, e tentando fazer uma pesquisa que estabelecesse relações mais igualitárias e democráticas. Apesar do meu esforço, em muitas situações eu acabei tomando a frente de brincadeiras e conversas, fazendo por elas, e não compondo as situações com elas.

Isso tudo faz parte das reflexões que a pesquisa proporcionou. No entanto, restam mais perguntas que respostas, que apontam sempre o caminho para novas pesquisas. Uma das questões que chamou minha atenção foi o alto número de crianças e jovens fazendo uso de medicamentos controlados. Elas eram acompanhadas por médico psiquiátrico, faziam uso de reforços escolares e frequentavam escola especial. A medicalização da infância e da vida tem sido problematizada amplamente nos mais variados espaços, e acredito que um estudo nas instituições de acolhimento se faria interessante.

Finalizo a pesquisa trazendo novamente as palavras de Guimarães Rosa: “vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”. Dessa forma, fica a pergunta, qual a contribuição da Psicologia para melhorar a situação e a convivência institucional e familiar com a criança? Como os discursos proferidos inclusive pela Psicologia contribuem para a manutenção da situação estigmatizada dessas crianças? Como podemos desestabilizar tais discursos? O resultado da presente tese foi uma tentativa de alcançar tal feito.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Revista Educação**. Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39 -52, jan/abril, 2010.

ANDRADE E MORATO. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia**, 9(2), 345-353, 2004.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed, Rio de Janeiro, LTC, 2006.

ARPINI, D.M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº. 8069, 13/07/1990. **ECA**. Brasília: Senado; 1990.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, 2004.

BRASIL. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei 12010, 03 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção, altera as leis número 8069, 13 de julho de 1990 – ECA, 8560, de 29 de dezembro de 1992**. Brasília, 2009.

BRASIL. Resolução Conjunta nº1, de 18 de junho de 2009. **Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

BUFFA, C. G.; TEIXEIRA, S. C. P.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. **Psicologia: teórica e prática**, v. 12, n. 2, p. 17-34, 2010.

CASTRO, L. R. O lugar da infância na modernidade. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 09, n. 02, p. 307-335, 1996.

CASTRO, L. R. BESSET, V. L. **Pesquisa Intervenção na infância e Juventude**. Rio de Janeiro, Editora Nau, 2008.

CINTRA, A. L.; SOUZA, M. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. **Revista Mal estar e subjetividade**, Fortaleza, v. X, n. 3, p. 809-833, set, 2010.

COELHO, D. C. G.; TAVARES, G. M.; CARMO, J. Acolhimento institucional no município de Serra (ES): desconstruindo vilões e mocinhos. **Ser social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 375-395, jul/dez, 2012.

COELHO, D. C. G. **Lobo em pele de cordeiro** – manicômios do contemporâneo: uma contribuição para se pensar abrigos de crianças. Serra-ES: Formar, 2007.

CRUZ, L; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. Infância e Políticas Públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n.3, p. 42-49, set/dez, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**, 3 Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

FEITOSA, A. G. S. **A infância abrigada: impressões das crianças na casa abrigo**, 2011. 158 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2011.

FERIGATO, S. H.; CARVALHO S. R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**. V. 15, n. 38, p. 663-75, jul/set, 2011.

FERNANDES, N. S. A investigação participativa no grupo social da infância. In. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, pp.25-40, Jan/Jun 2006

FREITAS, D. D. **Infâncias em situação de acolhimento**, 2012. 109 f. Dissertação de mestrado, Programa de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul. 2012.

FULBER, G. G.; THOMA, A. S; Cartografia de uma infância: registros fotográficos que articulam família e escolar no processo educacional de uma criança surda. In: **IX ANPED Sul**, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

GIROTTO, W. M.; AMADOR, F. S. Trabalhar, educar, acolher em abrigo institucional: percursos de uma cartografia. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 20, p. 86-109, jul/dez, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografia do desejo**. Petropolis: Vozes, 1996.

GUEDES, C. F.; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 58-67, 2014.

JULIANO, M. C. C. **A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados** Dissertação de mestrado não-publicada, Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, RS, 2005.

LANDSDOWN

LIMA, E. **Ministrada na disciplina de metodologia de pesquisa em psicologia II**. 20-20 de sep de 2013. Notas de Aula.

MARCILIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARIN, I.da S. K.. **Instituições e Violência** – Violência nas Instituições. In: Levisky, David L. *Adolescência pelos Caminhos da Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MARZOL, R. M.; BONAFÉ, L.; YUNES, M. A. M. As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidados protetores. **Psico**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 317-324, jul/set, 2012.

MOTTA, M. A. P **Mães Abandonadas: A Entrega de um Filho em Adoção**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, M. I. C. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito a convivência familiar. **Psicologia e Sociedade**, v.26, n. spe 2, p. 28-37, 2014.

MOREIRA, M. I. C.; BEDRAN, P. M.; CARELLOS, S. D. M. S.; PASSOS, A. P. C. P. As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 1, p. 59-73, abril, 2013

NAZARIO, R. **A infância de crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa (Lar)**, 2014. 260 f. Tese de Doutorado do Programa de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. 2014.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2009.

PASSOS, E., & BENEVIDES de BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 17-31.

PINTO, J.; SARMENTO, M. (coord). **As crianças: contexto e identidades**. Braga, Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho, 1997.

PRADA, C., WILLIAMS, L., & WEBER, L.. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, 9 (2), 14-25, 2007

RIZZINI, I., RIZZINI, I., Naiff, L., & Batista, R. (Orgs.). **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007

ROSSETI-FERREIRA, M. C.; SERRANO, S. A; ALMEIDA. I. G. **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**, São Paulo: Hucitec, 2010.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. (org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis/RJ. Vozes p. 17-39, 2008.

SCHUCH, P. **Práticas de Justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

SIQUEIRA, A. C; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 71-80, jan/abr, 2006.

SOUZA, F. H. O; BRITO, L. M T. de. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju **Psicologia Clinica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 41-57, 2015.

SOUZA, F. H. O.; CUNHA, E. L. A esperança na família: uma leitura psicanalítica do Acolhimento institucional . **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, vol 2, n. 2, jul/dez, 2011.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios... desenhando caminhos... In: **Investigação qualitativa em Saúde**, vol. 2 congresso ibero americano, 2016.

TRIVELLATO, A. J.; CARVALHO, C.; VECTORE, C. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. **Revista semestral da associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 299-307, jul/dez, 2013

WEBER, L. N. D. **Laços de Ternura: Pesquisas e Histórias de Adoção**. Curitiba: Editora Santa Mônica, 1998.